

SERVIDOR



Publicação do Fórum dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba



Servidores estaduais realizam 1º Congresso e traçam diagnóstico do serviço público na Paraíba



Cícero Lucena

“Nesta gestão estamos vivendo a prática da desvalorização dos servidores”



Vital do Rêgo

“O maior patrimônio do Estado não são suas obras, mas o servidor motivado e determinado à causa pública”

ÍNDICE

SERVIDORES REALIZAM 1º CONGRESSO E TRAÇAM DIAGNÓSTICO DO SERVIÇO PÚBLICO NA PB	4
“NUNCA VI TAMANHO DESCUMPRIMENTO DE LEIS COMO VEJO NO ESTADO DA PARAÍBA”	5
“A LUTA TEM SIDO INCESSANTE E O FÓRUM SERVE DE REFORÇO PARA QUE POSSAMOS ENFRENTAR AS BATALHAS”	6
“JÁ VI MUITOS GOVERNADORES PASSAREM POR NOSSA PARAÍBA, MAS NÓS, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, CONTINUAMOS AQUI”	7
“SERVIDORES ESTÃO CERTOS EM REINVIDICAR, COBRAR, EXIGIR E CONTESTAR”	7
“NESTA GESTÃO ESTAMOS VIVENDO A PRÁTICA DA DESVALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES”	8
“O MAIOR PATRIMÔNIO DO ESTADO NÃO SÃO SUAS OBRAS, MAS O SERVIDOR MOTIVADO E DETERMINADO À CAUSA PÚBLICA”	9
PLENÁRIA	10
REPRESENTANTES DE ENTIDADES	11
• Carlos Belarmino (SINTEP)	11
• Eva Vicente (SINDEP)	11
• Gilson Nunes (ASPRENE)	12
• Wilton Maia (STIUPB)	13
• Girlene Alencar (SINDEFESA)	13
• Marcos Antônio (SINDICONTAS)	14
• Tânia Bezerra (SINSIPEP)	15
• Maria Madalena (APDP)	16
• Coronel Francisco (COPM/BM)	16
• Coronel Maquir (CBPM)	16
• Ten. Marcílio (ASSPOMPB)	16
• Sandro Bezerra (ASPOL –PB)	17
• Rafael Freire (SINDIJOR)	18
• Antônio Albuquerque Toscano (ASPOCEP)	19
• Levi Borges Lima (SINDESP)	20
• Erivaldo Henrique (SSPC)	20
• Zoraide Gouveia (AEMPBM PBL)	21
• Edson Souto (SINDPD/PB)	22
• Sérgio Barbosa (SENGE)	23
• Luciano Holanda (SINTERPA)	24
• Tarcio Teixeira (CRESS/PB)	24
• Lúcia Brandão (FUNDAC)	25
• Leonardo Alves (SINDCONAM-PB)	26
• Tarcísio Campos (SIMED)	27
• Victor Hugo (SINDIFISCO-PB)	28
• José Ivonaldo (ASTAJ)	29
• Jucelino Luna (ADUEPB)	30
• Paulo Marcelo (CUT)	31

APRESENTAÇÃO



Os servidores estaduais da Paraíba continuaram, em 2013, enfrentando os constantes ataques do governador Ricardo Coutinho (PSB), os quais começaram desde o primeiro dia da nefasta gestão. Não devemos esquecer milhares de demissões de prestadores de serviço, alguns com mais de quinze anos de trabalhos prestados ao Estado; a Medida Provisória que anulou todos os atos do governo anterior no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2010; como também a edição de 13 Medidas Provisórias em menos dos 100 primeiros dias de gestão.

Os servidores públicos, aos primeiros sinais de desmonte da

estrutura administrativa do Estado, implicando na impossibilidade de prestação de serviços de qualidade, tentaram estabelecer a abertura de diálogo para solução dos problemas. O governo já se encontra em seu último ano e o diálogo nunca existiu.

Esse governo que se caracteriza, entre inúmeros outros pontos negativos, pela desobediência contumaz às leis, prejudicou todas as categorias de servidores públicos. Em 2011 não houve reajuste salarial e nos anos seguintes, predominou o já famoso 3%, o que é praticamente a metade da inflação no período.

Em qualquer setor da atividade pública na Paraíba o quadro é de completa destruição e abandono. Não temos espaço para comentar, nem sequer listar, os prejuízos causados por esse malfadado governo, capaz de fechar mais de 230 escolas, 30 delegacias, 23 Coletorias e Agências do Fisco, terceirizar a saúde, etc.

Os servidores sabem que não podem esperar nada de bom do atual governo, quer para os serviços públicos, quer para os próprios servidores, que continuarão, com elevado espírito público, sua luta para a reconstrução da Paraíba.

EXPEDIENTE



Revista do Fórum dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba

Ano 01 - Edição 01 - Março 2014

Jornalistas responsáveis

Thiago Moraes DRT - 2803

Edmilson Bandeira DRT - 1674

Textos - Thiago Moraes

Fotografia - Edmilson Bandeira

Diagramação - André Sousa

Impressão - Gráfica JB

Tiragem - 5.000 exemplares

Servidores realizam 1º Congresso e traçam diagnóstico do serviço público na PB



O Fórum dos Servidores Públicos realizou nos dias 11 e 12 de novembro o 1º Congresso dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba (ConeservPB). Na ocasião, foi traçado um diagnóstico nada animador sobre a realidade dos serviços e servidores públicos estaduais.

No primeiro dia (11), o 1º Congresso dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba (ConeservPB) teve como palestran-

tes os senadores Cícero Lucena (PSDB) e Vital do Rêgo (PMDB). O evento, que aconteceu no auditório da Estação Ciência, Cultura e Artes, em João Pessoa, também contou com a presença dos deputados federais Nilda Gondim (PMDB) e Major Fábio (PROS), bem como dos deputados estaduais Gervásio Maia (PMDB) e Janduhy Carneiro (PTN).

Principal aliado do governador Ricardo Coutinho (PSB), o se-

nador Cássio Cunha Lima (PSDB) também foi convidado, mas não compareceu ao ConeservPB.

O 1º Congresso dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba (ConeservPB) foi aberto ao som da orquestra formada por integrantes do Sindicato dos Músicos da Paraíba, que se apresentaram de forma espontânea e gratuita.



“Nunca vi tamanho descumprimento de leis como vejo, atualmente, no Estado da Paraíba”



Durante pronunciamento no 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, o deputado estadual e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, Janduhy Carneiro (PTN), se mostrou indignado com os desmandos do atual governador.

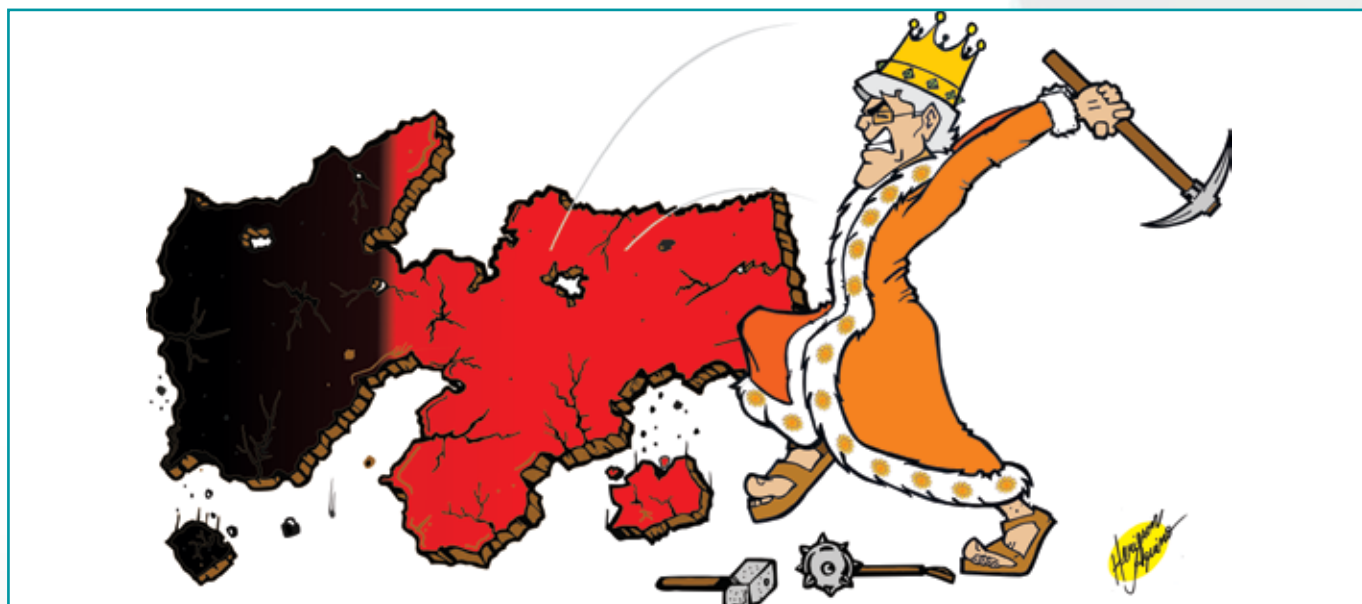
Janduhy lembrou atitudes de Ricardo Coutinho (PSB), prejudicando todas as categorias dos servidores públicos estaduais e citou como exemplo o descumprimento dos Planos de Cargos, Carreiras e

Remunerações, o não pagamento do subsídio do Fisco Estadual, a redução no duodécimo dos poderes e no orçamento na Universidade Estadual da Paraíba. “Nunca vi tamanho descumprimento de leis como vejo, atualmente, no Estado da Paraíba”, disparou o parlamentar.

O deputado estadual destacou que o governador vetou todas as emendas em favor do projeto da Caravana da Seca, do mesmo modo como tem vetado, sistematicamente, quase todos os proje-

tos apresentados pela bancada de oposição na Assembleia Legislativa.

Janduhy Carneiro informou, ainda, que há superlotação no Hospital Senador Humberto Lucena, conhecido como Hospital do Trauma e que no Hospital Infantil Arlinda Marques. “Cerca de 300 crianças aguardam, numa lista de espera, para realizar cirurgias, em virtude de o governo estar descumprindo decisão judicial e não realizar concurso público para anestesistas”, frisou o parlamentar.



“A luta tem sido incessante e o Fórum serve de reforço para que possamos enfrentar as batalhas”



Em sua fala no 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, o deputado estadual Gervásio Maia (PMDB) fez duras críticas ao poder executivo. Ele destacou a importância da formação do Fórum para defender os interesses do servidor estadual.

“Na Assembleia, a luta tem sido incessante ao longo desses anos e a formação de um Fórum como este serve de reforço para que possamos enfrentar todas essas batalhas”, disse.

Gervásio Maia recordou as eleições de 2010, quando a Paraíba demonstrou claro sentimento de renovação. “O povo paraibano tomou a decisão de depositar sua confiança naquele programa de governo que iria de forma veloz revolucionar o desenvolvimento da Paraíba”, lembrou. “Foi nessa fé, nessa crença, que, no 2º turno, o atual governador explodiu com a

maioria dos votos, numa resposta do povo paraibano que queria experimentar uma “novidade”, uma “melhoria””, destacou.

O parlamentar não poupou críticas ao modelo de gestão do atual governador. “O primeiro ato de Ricardo Coutinho foi revogar tudo o que havia sido estabelecido no governo antecessor”, lembrou. “Ele revogou, por exemplo, a lei da “PEC 300”, aprovada pela Assembleia e sancionada pelo então governador José Maranhão (PMDB)”, destacou o parlamentar.

As críticas de Gervásio Maia não pararam por aí. “Aquilo foi apenas o começo de atitudes que vão de encontro ao homem que esteve na Assembleia, quando o deputado estadual Ricardo Coutinho construiu sua história política, “meteórica”, ao lado dos servidores, ao lado dos movimentos sociais”, disse. “Na hora em que assumiu a

caneta mais poderosa do Estado, a caneta de governador, fez tudo ao contrário do que se propôs ao longo de uma vida pública”, completou Gervásio.

Gervásio Maia declarou ainda que está caminhado por toda a Paraíba e disse que o que vê é verdadeiramente entristecedor. “O homem do campo está abandonado, desassistido por políticas que deveriam estar salvando seu rebanho, melhorando suas condições de lavoura. Não existe nada nesse sentido”, denunciou o deputado. “Ao fechar suas portas para dormir, o homem do campo fica assom-

brado quando passa um veículo, uma motocicleta, temendo que sua casa seja invadida, porque a criminalidade bateu todos os números no governo de quem disse que resolveria todos os problemas da Segurança Pública em seis meses. O que ele fez, foi desmotivar os militares quebrando a paridade entre ativos e inativos, refletiu.”

Gervásio Maia foi autor de um projeto que restabelecia a paridade entre ativos e inativos, sem aumentar um centavo na folha de pagamento, mediante um remanejamento produzido pela própria Corporação Militar. Sob a alega-

ção de que aumentaria despesas, o projeto foi vetado pelo chefe do executivo estadual.

No tocante à Saúde Pública, Gervásio Maia denunciou que a UTI do Hospital Regional de Piancó está pronta há cerca de um ano e não funciona porque o governador quer que a prefeitura “banque” as despesas, que são de obrigação do Estado, como também cobrou a construção das maternidades prometidas pelo então candidato Ricardo Coutinho (PSB) para cada um dos 223 municípios da Paraíba.

CONVIDADOS

“Já vi muitos governadores passarem por nossa Paraíba, mas nós, funcionários públicos, continuamos aqui”



O deputado federal e pré-candidato ao Governo do Estado nas eleições de 2014, Major Fábio (PROS) lembrou durante pronunciamento no 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, que antes de ser parlamentar é funcionário público e que durante 21 anos vestiu a farda da Polícia Militar do Estado da Paraíba. “Vim para Paraíba compor as fileiras da Polícia Militar. Sofri muito como funcionário público e posso dizer que sei a dor que o servidor sente”, refletiu.

Apesar das dificuldades vividas como funcionário público, Major Fábio lembra que não esmoreceu e que, ao término de seu mandato como deputado federal, continuará major da Polícia Militar da Paraíba. “Já vi muitos governadores passarem por nossa Paraíba e nós, funcionários públicos, continuamos aqui”, disse. “Quando formos às urnas, vamos dizer a este camarada que ele está só de plantão, vamos dar esta resposta”, concluiu.

CONVIDADOS

“Servidores estão certos em reivindicar, cobrar, exigir e contestar”

Representante feminina no 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, a deputada federal Nilda Gondim (PMDB) colocou-se à disposição, como porta voz do Fórum dos Servidores na Câmara Federal.

Em seu pronunciamento, Nilda Gondim “abraçou” a causa dos servidores e não poupou palavras de apoio e incentivo às categorias.

“Vocês estão certos em reivindicar, cobrar, exigir e contestar. Parabéns por este movimento justo e legítimo, pelo melhor de todos os segmentos do servidor público na Paraíba”, disse. “Estou aqui como deputada e única mulher representante do Estado da Paraíba, para ajudar no que for preciso e ser uma voz amiga na Câmara Federal”, completou.





“Nesta gestão estamos vivendo a prática da desvalorização dos servidores”

Ao proferir palestra no 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba, o senador Cícero Lucena (PSDB), falou sobre o individualismo que atinge muitos seres humanos. Falou sobre agressões, perseguições e desrespeito.

Assim como Gervásio Maia (PMDB), Cícero Lucena citou os casos de violência que ocorrem atualmente, não só nas grandes cidades, mas também no interior do Estado. “As pessoas atingidas nem dão queixa, porque não acreditam mais e isso falseia as estatísticas da violência”, disse o senador

Ao falar sobre as promessas de campanha do governador Ricardo Coutinho, Cícero lembrou que em sua maioria não foram cumpridas, destacando que o governador não se importa em ouvir a população, os servidores públicos e muito menos em cumprir o que prometeu antes de ser eleito.



Entre as promessas não cumpridas pelo governador, o senador citou os Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações dos funcionários públicos estaduais, a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e a construção de maternidades de qualidade em todos os municípios do Estado.

Na oportunidade, o senador incentivou o Fórum a continuar lutando para buscar melhorias para os servidores e para o serviço público estadual. “Não parem de lutar. É necessário que reconheçam a importância que o servidor público tem. Vamos lutar por isso”, disse. “Infelizmente, nessa gestão, estamos vivendo a prática de desvalo-

rização dos servidores, o que não podemos aceitar”, lamentou.

Cícero Lucena sugeriu que os servidores interiorizem suas ações, que usem os meios de comunicação, tais como as redes sociais, para dizer qual é o papel do servidor público, e pediu para que as entidades ajudem os parlamentares, lhes fornecendo instrumentos, informações, subsídios para que eles possam mostrar a verdadeira face desse governo.

O senador paraibano criticou a proposta de Orçamento do governo para o ano de 2014, que reduz a verba de Segurança Pública em 18%, enquanto aumenta a da Comunicação em 58% para fazer

propaganda e repetir mentiras. “É preciso divulgar isso para toda a população. É preciso agir em defesa da Paraíba”, clamou Cícero.

Ao fim da palestra, Cícero Lucena destacou a falta de diálogo e respeito à população na gestão de Ricardo Coutinho. “O governador, além de não ouvir o que a população tem a dizer, não se importa com as pessoas, não se preocupa com o bem estar das famílias e governa “na base do chicote”. Ricardo acha que governar é não ter alma, sensibilidade e não se importar com o próximo”, afirmou. “Não se pode desrespeitar as pessoas, não se pode enganar as pessoas”, concluiu o senador paraibano.



“O maior patrimônio do Estado não são suas obras, mas o servidor motivado e determinado à causa pública”

O senador Vital do Rego Filho (PMDB) iniciou palestra falando sobre o orgulho de ter participado da Assembleia Legislativa da Paraíba e de atualmente vê-la “escancarada” para ouvir os reclamos populares e das entidades sindicais. Ele classificou como um momento histórico da Paraíba 36 entidades das mais variadas categorias se unirem para num gesto de coragem e solidariedade, dizer que não irão ficar caladas ao poder totalitário, ditatorial, que quer impor um Estado virtual.

Vitalzinho lembrou as palavras de Pedro Gondim, que um dia lhe disse: “Meu filho, o maior patrimônio de um Estado não são suas obras, mas o servidor motivado e determinado à causa pública”.

O senador destacou que Ricardo Coutinho (PSB) antes de chegar ao poder era participante e incentivador dos movimentos sindicais e populares. “Em seguida, num gesto próprio dos que são autoritários por natureza, conseguiu enganar muita gente via propaganda, para chegar ao governo, se transformar no contrário do que havia sido e não é sem razão que o Estado gasta hoje mais com propaganda e publicidade, do que em outras ações como Saúde, Educação e Segurança Pública”, disse Vital. “É a vocação inata daquele que é próprio e se confessa simpatizante do poder ditatorial. Essa vocação que leva, efetivamente, ao Estado se transformar numa figura imperial do quero, posso, mando e faço”, completou o senador.

Vital não poupou críticas ao governador Ricardo Coutinho e afirmou que o chefe do executivo

estadual tem massacrado a Paraíba, implantado um poder ditatorial e totalitário. Para Vital, os paraibanos precisam lutar contra o autoritarismo e a falta de diálogo na atual gestão. “Este é o ponto de partida, o primeiro passo de uma grande e difícil jornada nessa luta contra um poder totalitário”, exclamou.

O senador paraibano destacou ainda a importância de dialogar com as categorias e de se preocupar com o que o povo pensa. “É inadmissível se fechar às reclamações populares e sindicais”, disse. “Precisamos nos dedicar a ouvir e entender as necessidades para servir ao povo. É disso que o povo paraibano está precisando”, completou.

O palestrante comentou a “cultura” que existe na Paraíba, e em outros Estados do Brasil, de um serviço público “leniente, impraticável, desorganizado”. “Essa cultura é própria daqueles que querem ver o serviço público estigmatizado, levado pelo preconceito, submetido a todo um processo de desgaste, para dismantlar o Estado. Esta é a vocação dos poderes totalitários”, disse.

Vitalzinho criticou ainda as atitudes de Ricardo Coutinho contra o Fisco, a Polícia Militar, o IPEP, o DER, os PCCRs, a Educação, a retirada de gratificações historicamente conquistadas, as 223 maternidades prometidas e que até hoje não existem nem em papel, o Hospital do Trauma negociado e as filas da morte nos hospitais. “Por outro lado, a verba para propaganda crescerá 58% em 2014, significando que vamos ser abastecidos pela mentira multiplicada várias vezes”,

ironizou.

Vitalzinho lembrou que a Paraíba é um dos Estados brasileiros que não cumpre a Lei Federal nº 9.755, que autoriza ao Tribunal de Contas a criação de um “sítio” para publicação de contas públicas com o objetivo de divulgar dados tributários e financeiros. “O Governador da Paraíba não cumpre a Lei da Transparência como é conhecida, mas ainda fez pior, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade”, lembra o senador. “Foi o único Estado que entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade contra a Lei da Transparência”, frisou Vitalzinho.



Plenária

No segundo dia do evento (12), foi realizada plenária, onde cada categoria dos servidores públicos pertencente ao Fórum dos Servidores relatou sua situação específica, compartilhando suas lutas e dificuldades.

A plenária deliberou, por una-

nimidade, pelo fortalecimento do Fórum dos Servidores Públicos da Paraíba, desde sua coordenação até o conjunto das entidades de base, pela construção de movimentos pautistas unitários, além de reiterar o compromisso dos servidores em fiscalizar o Governo Estadual, ao mesmo tempo em

que cobra espaços para intervir na construção das políticas públicas de Estado.

O Fórum também traçou um diagnóstico nada animador sobre a realidade dos servidores e serviço público no Estado da Paraíba.



Diagnóstico das Entidades



Carlos Belarmino

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação

Em sua participação no 1º ConeservPB, o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, Carlos Belarmino, relatou decepção da categoria com a Educação na Paraíba desde 2011, quando Ricardo Coutinho assumiu o Governo do Estado.

Diagnóstico:

- Fechamento de 233 escolas no ano de 2012, correspondendo a 22,45% da rede pública, ficando milhares de alunos fora da sala de aulas e trazendo grandes prejuízos aos mesmos, aos pais desses alunos e aos professores e demais servidores que trabalhavam nessas escolas;
- Extinção da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da Gratificação de Estímulo à Atividade Pedagógica (GEAP) dos/as professores/as e Especialistas em Educação;
- Aumento da jornada de trabalho dos profissionais não docentes (funcionários de apoio) da educação, sem o consequente aumento de salário;
- Substituição dos/as secretários/as das escolas por pessoas não qualificadas por apadrinhamento político;
- Pagamento do 1/3 de férias dividido em 02 parcelas;
- Não implantação da ficha de filiado ao SINTEP quando atinge 30% ou mais de desconto no contracheque;
- Desrespeito à comunidade escolar quando atrasa a nomeação dos/as diretores/as eleitos/as pelo voto direto;
- Pagamento de vencimentos diferenciados para a mesma classe e nível, ferindo a Constituição Federal (art. 37, inciso XV);
- Descumprimento do PCCR do Magistério quanto às progressões verticais e horizontais;
- Não pagamento do Piso Salarial Nacional integral do Magistério;
- Fixação de perdas salariais nas aposentadorias, variando de R\$ 265,00 a R\$ 980,00;
- Não desconto da Taxa Confederativa no ano de 2011, prejudicando a construção da Sede Social Recreativa da Categoria, em terreno próprio, comprado com a verba da taxa do ano anterior;
- Não realização de concurso público para técnicos/as especialistas em educação;
- Congelamento do Auxílio Alimentação dos trabalhadores não docentes, desde o ano de 2012.



Eva Vicente

Sindicato dos Enfermeiros

A presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Eva Vicente, denunciou os baixos salários pagos aos profissionais, as más condições de trabalho, falta de respeito com os profissionais da área, entre outros pontos.

Diagnóstico das Entidades

Diagnóstico:

- Salários irrisórios;
- Desvalorização da categoria;
- Falta de medicamentos e material de expediente;
- Atraso na entrega de exames, prejudicando o diagnóstico de pacientes.
- Contratação de enfermeiros a título de experiência por três ou quatro meses, despedindo-os ao final do prazo e sem o devido pagamento;
- Defasagem do quadro profissional;
- Retirada de gratificações que já eram utilizadas há mais de 20 anos;
- Não pagamento dos adicionais noturnos e de insalubridade;
- Falta de creches para os filhos dos servidores;
- Falta de condições de trabalho.



Gilson Nunes

Associação dos Servidores Públicos do Norte e Nordeste

A Associação dos Servidores Públicos do Norte e Nordeste (Asprenne) foi representada pelo presidente Gilson Nunes no 1º ConeservPB. Ele comentou a situação do servidor público na Paraíba e classificou a atual gestão estadual como a pior que já existiu para os servidores públicos paraibanos.

Diagnóstico:

- Falta de quadro especial para todos os servidores com mais de 10 anos de serviço prestado ao Estado;
- Falta de atendimento à saúde, nos moldes do antigo IPEP, estendendo o acesso aos servidores prestadores de serviço, sem discriminação do tempo de serviço;
- Fechamento de mais de 230 escolas gerando prejuízos aos alunos, às suas famílias e aos servidores que trabalhavam nas unidades de ensino;
- Falta de concurso público para profissionais da educação, tais como: bibliotecários, secretárias, telefonistas, arquivistas, merendeiras, auxiliares de serviço, vigias, supervisores e orientadores educacionais.
- Falta de equipamentos imprescindíveis ao trabalho educacional, tais como: retroprojektor, computador com acesso à internet e biblioteca atualizada.
- Descumprimento da Constituição Federal quanto à paridade entre ativos e aposentados.
- Não atualização do valor dos quinquênios, congelados em valores pífios.

Diagnóstico das Entidades



Wilton Maia

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, professor Wilton Maia, afirmou que a entidade não tem medido esforços para defender não só as questões econômicas para a classe trabalhadora, mas também tem realizado a defesa de um saneamento democrático e, sobretudo, defendendo uma Cagepa melhor. Ele disse ainda, que espera, um dia, ver uma Cagepa com serviços de boa qualidade prestados a sociedade, pois, atualmente, os trabalhadores se desdobram para conseguir manter os serviços devido à falta de condições de trabalho.

Diagnóstico:

- Companhia de Água e Esgotos da Paraíba envolvida em acordos políticos;
- Desvalorização dos servidores;
- Falta de condições de trabalho;
- Falta de material de expediente;
- Precariedade na prestação de serviços devido falta de estrutura física do órgão;
- Falta de diálogo com as entidades sindicais;
- Falta de investimentos em saneamento básico;
- Reajuste em 33,29% na tarifa de água em três anos de governo;
- Excesso na jornada de trabalho.



Girlele Alencar

Sindicato dos Servidores da Defesa Agropecuária

A presidente do Sindicato dos Servidores da Defesa Agropecuária, Girlele Alencar, destacou, em sua participação no 1º ConeservPB, que não há investimento no setor agropecuário no Estado. Ela afirmou que a Paraíba tem um potencial enorme na agropecuária, mas que não é explorado.

Diagnóstico:

- Não criação da Agência de Defesa Agropecuária;
- Desvalorização salarial dos servidores públicos;
- Falta de material para a execução de trabalhos de expediente;
- Não cumprimento do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração;
- Falta de equiparação salarial das categorias que atuam na Defesa Agropecuária;

Diagnóstico das Entidades

- Não realização de concurso público para médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnico em defesa agropecuária, técnicos em agropecuária, auxiliar administrativo, engenheiro civil, químico e zootecnista;
- Não convocação dos concursados treinados pela SEDAP;
- Não readequação do valor da gratificação de insalubridade para o previsto na CLT;
- Falta da implantação de auxílio alimentação ao servidor;
- Não pagamento para os servidores com processo de qualificação conclusos;
- Falta da meritocracia para os cargos de Gestão como gerentes executivos, operacionais, regionais, coordenadores de programas sanitários, fitossanitários e chefes de ULSAV;
- Falta de capacitação em ações de defesa e inspeção agropecuária e gestão pública;
- Lentidão na tramitação dos processos administrativos dos servidores no setor de RH;
- Falta de segurança aos servidores em atividades de risco, principalmente nos PVAs;
- Falta de profissionais para limpeza e higienização dos prédios públicos;
- Falta de manutenção dos escritórios e postos de vigilância da Defesa Agropecuária;
- Falta de servidores nos postos de fiscalização agropecuária;
- Ausência de sistema de cobrança de todos os serviços executados pela Defesa;
- Serviços de internet precários e sem velocidade compatível ao volume de informações;
- Falta de aparelhos de informática, mobiliário, veículos e materiais técnicos;
- Inexistência do setor jurídico exclusivo da Defesa Agropecuária;
- Salários irrisórios;
- Não pagamento da gratificação de insalubridade, em desacordo com a CLT ;
- Não cumprimento ao pleito de convênio que contempla aquisição de novos aparelhos de informática, mobiliário de escritórios, veículos e materiais técnicos específicos de atendimento a notificações;
- Não pagamento antecipado das diárias das ações a serem executadas;
- Perda de recursos para investimentos por falta de projetos;
- Risco de retorno da febre aftosa, devido ao abandono da Defesa Agropecuária;



Marcos Antônio

Sindicato dos Profissionais de Auditoria do Tribunal de Contas

O presidente do Sindicato dos Profissionais de Auditoria do Tribunal de Contas - Sindcontas, Marcos Antônio, falou sobre a importância da luta conjunta dos servidores, pediu para que os funcionários públicos se unam para acabar com a corrupção na Paraíba e pontuou as reivindicações da classe:

Diagnóstico das Entidades

Diagnóstico:

- Desvalorização salarial;
- Desvalorização dos servidores;
- Descumprimentos de conquistas históricas dos servidores.
- Falta de qualificação e reconhecimento dos servidores;
- Desmobilização da Auditoria do TCE/PB;
- Intervenções diretas e/ou indiretas de forma a produzir um novo entendimento nos relatórios de auditorias;
- Atual composição dos membros do TCE/PB, com cinco dos sete conselheiros originários do mesmo grupo político;
- Aparelhamento político do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB);
- Desvalorização e enfraquecimento da auditoria do Tribunal de Contas do Estado;



Tânia Bezerra

Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência no Estado da Paraíba

As declarações da presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba, Tânia Bezerra, revelam que 18 servidores do órgão não suportaram o arrocho salarial do governo Ricardo Coutinho e faleceram depois que o Governo do Estado reduziu seus vencimentos, “de forma ilegal por um ato arbitrário do senhor governador”.

Diagnóstico:

- Corte de aproximadamente 50% no salário dos servidores do Ipep;
- Descumprimento de resolução do Ministério Público e a Sentença da Juíza da 3ª Vara da Fazenda Maria de Fátima Lúcia Ramalho;
- Arrocho salarial;
- 18 servidores mortos por não suportarem as perdas salariais;
- Perseguição aos servidores;
- Intransigência e a falta de diálogo com os servidores;
- Inexistência de política efetiva de valorização da máquina administrativa;

Diagnóstico das Entidades



Maria Madalena

Associação Paraibana dos Defensores Públicos

A presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos, Maria Madalena, lembra que apesar do tratamento constitucional específico de instituição essencial à função da Justiça, na gestão do governador Ricardo Coutinho (PSB) a categoria dos defensores públicos vem sofrendo discriminações que acarretam grandes perdas principalmente para a prestação da assistência jurídica integral e gratuita.

Diagnóstico:

- Não cumprimento da autonomia da Defensoria Pública;
- Inexecução do orçamento anual da Defensoria Pública;
- Não consolidação da proposta orçamentária ao Projeto de Lei Orçamentária 2013/2014;
- Repasse inferior aos valores do duodécimo ao fixado na Lei Orçamentária Anual;
- Ausência de sede própria da Defensoria Pública;
- Inexistência de quadro próprio de profissionais técnicos, administrativos e de apoio;
- Defasagem do quadro profissional com ausência de concurso para preenchimento de 68 vagas.



Coronel Francisco

Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiros Militar

Coronel Maquir

Caixa Beneficente de Oficiais e Praças da Polícia e Bombeiros Militar



Representantes da Polícia Militar da Paraíba, coronel Francisco, presidente do Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiros Militar, e coronel Maquir, presidente da Caixa Beneficente de Oficiais e Praças da Polícia e Bombeiros Militar, denunciaram o déficit no efetivo, desvalorização dos policiais e bombeiros militares, elevada carga horária de trabalho, causando estresse e outras doenças, extinção do seguro de vida dos policiais, desde o mês da posse do atual governador em 2011, entre outros pontos.

Diagnóstico:

- Déficit no quadro efetivo de Policiais e Bombeiros Militares. Nos últimos três anos (2011, 2012 e 2013) não tivemos concurso para ingresso de novos soldados. Mais grave: uma evasão de, em média, 500 policiais por ano;
- Desvalorização dos policiais e bombeiros militares;
- Elevada carga horária de trabalho, causando estresse e outras doenças. Isso se reflete no elevadíssimo

Diagnóstico das Entidades

número de atestados médicos: em 2012, num efetivo de cerca de 9.200 policiais, foram registrados mais de 4.000 atestados médicos;

- Não promoção de Oficiais e Praças conforme determina a lei;
- Extinção do seguro de vida dos policiais, desde o mês da posse do atual governador em 2011;
- Desobediência à Lei Complementar 87/2008, pelo não pagamento das gratificações devidas aos policiais desde comandante de destacamento ao comandante de companhia;
- Não pagamento o risco de vida aos policiais e bombeiros militares apesar da profissão implicar indiscutível nível de risco, inclusive com o aumento nos números de baixa na corporação;
- Fechamento da creche da Polícia Militar, onde os policiais deixavam seus filhos, em segurança, para irem trabalhar;
- Fechamento do ensino fundamental no Colégio da Polícia Militar, causando grande prejuízo aos filhos e famílias dos militares principalmente aos cabos e soldados;
- Evasão média anual de cerca de 500 policiais militares;
- Oficiais de alto posto nos corredores, sem função, querendo trabalhar e sendo perseguidos (assédio moral);

Falta de integração entre os órgãos de Segurança Pública e desentendimento na cúpula da área, sem que o Governo adote qualquer medida para resolver o impasse.

- Previsão na Lei Orçamentária Anual de 2014 de diminuição na já diminuta verba de Segurança Pública no percentual de 18%, em contraste com o desmedido aumento no percentual da Comunicação em 58%;
- Previsão de 00,00% na Lei Orçamentária Anual de 2014 para investimento em formação, capacitação e especialização de Oficiais e Praças da Polícia Militar;
- Previsão na Lei Orçamentária Anual de 2014 de queda de 82,61% na verba para modernização dos sistemas de inteligência e de análise criminal;
- Vertiginoso aumento da violência que amedronta a população paraibana, destacando a Capital João Pessoa, atualmente a segunda cidade mais violenta do Brasil e 10ª no mundo;
- Quebra da paridade entre ativos e aposentados, e pensionistas, feito por meio do auxílio alimentação e a bolsa desempenho, causando um grande desserviço à segurança pública;
- Perda em média de 40% do salário caso o policial sofra um atentado ou adoença e precise se afastar dos serviços de forma temporária;
- Em caso de morte do policial, pensionistas perdem 40% do salário do militar.



Sandro Bezerra

Associação dos Policiais Civis de Carreira

O presidente da Associação dos Policiais Civis de Carreira, Sandro Bezerra, destacou o descaso com os policiais e lembrou que o Governo da Paraíba paga um dos piores salários do País, citou a elevada jornada de trabalho e a falta de efetivo.

Diagnóstico das Entidades

Diagnóstico:

- Defasagem de profissionais no quadro efetivo da Polícia Civil;
- Ausência de concurso público;
- Defasagem salarial;
- Elevada carga horária de trabalho;
- Desvalorização e desrespeito aos policiais;
- Falta de respeito aos direitos do servidor;
- Inviabilidade de aproximadamente 64% das unidades da Polícia Civil;
- Não cumprimento da Lei Estadual nº 9.082/2010 e a CF referente ao direito do Subsídio dos policiais civis;
- Pagamento de hora-extra abaixo do previsto constitucionalmente;
- Fechamento de 230 delegacias;
- Aumento assustador dos crimes violentos letais intencionais que passaram de 824 (em 2006) para 1680 (em 2013);
- Não publicação das promoções funcionais anualmente, como manda a Lei Orgânica da Polícia Civil;
- Apenas um agente ou um escrivão para atender toda a demanda da população em inúmeras cidades do interior;
- Não nomeação dos concursados que concluíram o Curso de Formação de Policiais Civis, bem como a não convocação dos aprovados no último concurso para participar do Curso de Formação;



Rafael Freire

Sindicato dos Jornalistas

Entre os pontos apresentados pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado da Paraíba, Rafael Freire, destaca-se o desrespeito ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (DPS 1600), piores salários das categorias de nível superior do Estado da Paraíba e falta de diálogo do Governo do Estado com a categoria.

Diagnóstico:

- Falta de diálogo por parte do Governo do Estado;
- Desrespeito ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (DPS 1600): os profissionais da imprensa que fazem parte do Grupo de Comunicação Social do Governo do Estado, mesmo solicitando, por meio do protocolo, não têm direito a mudar de faixa salarial horizontal ou vertical. E a tabela não foi equiparada ao grupo ANS (nível superior).
- Piores salários das categorias de nível superior do Estado da Paraíba;

Diagnóstico das Entidades

- Defasagem salarial contabilizada nos últimos 3 anos chega a 40%;
- Gratificações cortadas e não mais adicionadas aos salários dos profissionais;
- O piso salarial pago pelo Governo do Estado da Paraíba aos jornalistas do Grupo DPS é 45% menor do que o piso da rede privada;



Antônio Albuquerque Toscano

Associação dos Servidores da Polícia Científica

O perito criminal Antônio Albuquerque Toscano, presidente da Associação dos Servidores da Polícia Científica (Aspocep), se mostrou preocupado com a situação dos servidores públicos da Paraíba, citou a falta de investimento no serviço público e a desvalorização do servidor.

Diagnóstico:

- Falta de investimento nos serviços públicos;
- Desvalorização dos servidores;
- Não construção da nova sede do Instituto de Perícia Científica.
- Não pagamento dos vencimentos sob forma de subsídio;
- Ausência do processo de promoção funcional vertical e horizontal;
- Falta de reajuste salarial com ganho real para ativos e inativos;
- Descumprimento de decisões judiciais com trânsito em julgado (Processos n°s 2001996013183-3 e 2001998001508-1)
- Não pagamento dos vencimentos sob forma de Subsídio, como determinam a Constituição Federal e a Lei Estadual n° 9.082/2010;
- Falta de autonomia financeira e administrativa do Instituto de Polícia Científica
- Inexistência de processo de promoção funcional;
- Falta de deslocamento automático para promoção funcional vertical e implantação da promoção funcional horizontal
- Não remanejamento de vagas para o grupo GPC 600;
- Falta de reajuste salarial com ganho real para ativos e inativos, respeitando-se a paridade;
- Falta de oportunidades de aprimoramento profissional;
- Falta de diálogo por parte do Governo do Estado;

Diagnóstico das Entidades



Levi Borges Lima

Sindicato dos Defensores Públicos

O presidente do Sindicato dos Defensores Públicos, Levi Borges Lima, falou sobre a ausência de diálogo na gestão do governador Ricardo Coutinho e disse que todas as vezes que os defensores públicos reivindicaram melhoria salarial a resposta foi a mesma: "não tem dinheiro". "Esse governo é uma afronta ao servidor público", desabafou. "Nós não somos ouvidos. Estamos sendo desrespeitados. Mas vamos continuar lutando pelo que é justo. Lutando pelos nossos direitos", concluiu.

Diagnóstico:

- Falta de diálogo com o servidor público;
- Desvalorização salarial;
- Desvalorização e desrespeito ao servidor;
- Descumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Complementar Estadual nº 104, que asseguram autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública;
- Descumprimento da LOA quanto ao repasse das verbas orçamentárias;
- Redução no orçamento anual de 2014 da Defensoria Pública;
- Defasagem do quadro profissional;
- Falta de titularidade nas 45 comarcas de Primeira Entrância.
- Inexistência da sede própria da Defensoria Pública;
- Não realização de concurso para Defensor;
- Inexistência de quadro próprio de pessoal técnico, administrativo e de apoio;
- Falta de remuneração atribuída por lei específica ao cargo de ouvidor-geral, como estabelecido na Lei Complementar nº 104.
- Falta de diálogo por parte do Governo do Estado;



Erivaldo Henrique

Sindicato dos Servidores da Polícia Civil

Erivaldo Henrique, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, falou sobre a insegurança e a violência instaladas no Estado. Ele lamentou que a sociedade viva com medo de sair de casa, temendo ações dos bandidos e questionou os números divulgados pela Secretaria de Segurança do Estado. "A Secretaria diz que a violência e os assaltos diminuíram, mas a realidade é outra. Nós vemos a população com medo de sair de casa. Vemos assaltos todos os dias, mas o Governo divulga o contrário", afirmou.

Diagnóstico das Entidades

Diagnóstico:

- Crescimento da insegurança e da violência;
- Dados da violência mascarados pelo governo;
- Servidores desrespeitados e mal tratados;
- Pior índice de registro de ocorrências criminais no País;
- Baixos salários;
- Defasagem do quadro profissional;
- Evasão, de 2006 a 2012, de cerca de 700 policiais civis;
- Descumprimento da Lei do Subsídio nº 9.082/2010;
- Descumprimento da Lei Complementar Federal nº 51/85;
- Não pagamento do piso de, no mínimo, 60% sobre os vencimentos dos delegados para agentes, escrivães, papiloscopistas, agentes de telecomunicações, entre outros;
- Não reestruturação do PCCR, conforme compromisso de campanha;
- Descumprimento da Lei Orgânica da Polícia Civil nº 85/2008;
- Descumprimento das Constituições Federal e Estadual pelo não pagamento do adicional noturno e insalubridade para os policiais que trabalham com carceragens;
- Falta de pagamento dos precatórios vencidos;
- Falta de condições dignas de trabalho.



Zoraide Gouveia

Associação de Esposas e Mães de Policiais e Bombeiros

Zoraide Gouveia, representante da Associação de Esposas de Policiais e Bombeiros Militares, registrou que o governo não se importa com as funções dos servidores e, infelizmente, não quer conversar. Ela afirmou que o governador não quer ouvir as reivindicações da categoria e, muito menos, atendê-las. “Esse governador não se importa com ninguém e não quer nos ouvir, mas nós seguiremos em frente na luta junto ao serviço público, rumo à vitória”, disse.

Diagnóstico:

- Falta de diálogo com os servidores;
- Descaso com os policiais e bombeiros militares;
- Falta de atualização do Quadro Organizacional PMs/BMs
- Desrespeito aos direitos sociais contidos no art. 7º c/c o § 2º do Art. 39 da Constituição Federal, aos

Diagnóstico das Entidades

integrantes da Guarda Militar da Reserva;

- Falta de promoção dos policiais que já cumpriram o interstício máximo;
- Falta de estrutura de trabalho;
- Falta de acompanhamento psicológico;
- Alojamentos precários nas unidades policiais;
- Falta de creches nas unidades militares do Estado;
- Falta de seguro de vida para os PMs e BMs.
- Falta da gratificação de adicional noturno e gratificação para atividades insalubres ou perigosas;
- Falta do estabelecimento de uma carga horária fixa de 40 horas semanais;
- Quebra da paridade entre ativos e aposentados;
- Falta de cursos anuais de formação para soldados, cabos e sargentos;
- Não atendimento do pleito de aquisição de armas de uso pessoal para PMs e BMs;



Edson Souto

Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados

Para o diretor de informática do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Edson Souto, o Governo do Estado não tem valorizado os servidores que trabalham nesse setor. “Esse é um setor muito estratégico, mas o governador não tem nos valorizado”, disse. Ele afirmou ainda que o Estado tem muitos funcionários competentes e qualificados nesta área, mas o Governo os deixa de lado e prefere colocar comissionados para exercer as funções no lugar dos funcionários do quadro do Estado.

Diagnóstico:

- Desvalorização do servidor público;
- Excesso na contratação de servidores comissionados sem experiência;
- Falta de estrutura administrativa;
- Falta de estrutura financeira;
- Falta de estrutura de armazenamento, processamento e distribuição;
- Falta de infra-estrutura tecnológica segura;
- Desvio e acúmulo de funções;
- Falta de condições de trabalho;
- Ingerência política dos gestores públicos;

Diagnóstico das Entidades

- Descaso com os aposentados e ausência de um plano de Previdência Complementar;
- Falta de projetos globais e serviços nas esferas estadual e municipais;
- Falta de transparência;
- Excesso de servidores comissionados;
- Exclusão e desestruturação dos benefícios do plano de empregos, cargos, salários.
- Falta de treinamento, capacitação e transferência de conhecimento;
- Aumento no valor das gratificações de alguns diretores, gerentes e chefes, discriminando demais servidores;
- Desvio e acúmulo de funções;
- Precarização das condições de trabalho incluindo mobiliário e instalações elétricas perigosas;
- Descaso com os aposentados e ausência de plano de previdência complementar;
- Exclusão e desestruturação dos benefícios do plano de cargos e salários da companhia;
- Não aplicação das promoções;
- Pagamento de salários irrisórios;
- Descumprimento do Decreto 33.670 de 18 de janeiro de 2013, contratando serviços similares aos disponibilizados pela Codata, tipo patrimônio, SIGE, pelo Sistema da Linkdata.



Sérgio Barbosa

Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba

No diagnóstico apresentado pelo representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado da Paraíba, Sérgio Barbosa, a categoria reclama de falta de diálogo por parte do executivo estadual, salários defasados, disparidade salarial, entre outras questões.

Diagnóstico:

- Salários defasados;
- Quadro dos engenheiros reduzido, com cerca de 80% já em tempo de serviço para aposentadoria;
- Falta de material de expediente e condições de trabalho;
- Falta de tabela salarial unificada. Atualmente o quadro de engenheiros possui cerca de 25 tabelas salariais diferentes;
- Falta de revisão de todos os Planos de Cargos e Carreira do quadro de engenheiros;
- Não realização de concurso público;
- Falta de diálogo por parte do executivo.

Diagnóstico das Entidades



Luciano Holanda

Sindicato dos Trabalhadores Instituto de Terras e Planejamento Agrícola

O representante do Sindicato dos Trabalhadores do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola, Luciano Holanda, questionou a ausência de investimentos. Segundo ele, o setor tem sido esquecido na gestão atual, os funcionários não são valorizados e não possuem condições de trabalho. “Nós não temos apoio do Governo. Os investimentos são feitos em outras áreas, mas infelizmente o nosso setor não é lembrado”, disse.

Diagnóstico:

- Ausência de investimentos no Instituto de Terras e Planejamento Agrícola;
- Desvalorização dos servidores;
- Falta de condições de trabalho;
- Falta de material de expediente;
- Má distribuição do dinheiro público;
- Não pagamento da diferença da progressão vertical e horizontal de acordo com o PCCR;
- Não reposição salarial referente à inflação acumulada de 2008 a 2011, correspondente a 24,4%;
- Não atendimento de solicitação de audiência entre a secretária de Estado da Administração e o Sinterpa;
- Falta da re-implantação da GAE na remuneração dos servidores do Interpa, retirada de dos contracheques sem nenhuma justificativa;
- Falta de realização de cursos de capacitação e treinamentos para os servidores;
- Ausência de concurso público para todos os cargos do Interpa;



Tércio Teixeira

Conselho Regional de Serviço Social

O representante do Conselho Regional de Serviço Social, Tércio Teixeira, começou o seu discurso falando sobre a terceirização em serviços do Estado. Ele lembrou a terceirização do Hospital de Trauma, em João Pessoa e disse que houve, na verdade, uma grande negociata para entregá-lo ao setor privado. “O Governo diz que não foi privatização, mas foi privatização sim”, afirmou. “Todo mundo sabe que houve uma verdadeira negociata para entregar o Trauma de João Pessoa ao serviço privado”, completou.

Diagnóstico das Entidades

Diagnóstico:

- Terceirização de serviços públicos;
- Negociata para entrega do Hospital de Trauma à organização privada;
- Descumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que regulamenta as 30h de trabalho semanais;
- Elevado número de profissionais terceirizados e/ou codificados nas diferentes Secretarias;
- Irregularidades em diversos espaços sócio-ocupacionais do Governo do Estado, em especial as unidades ligadas à Secretaria de Saúde;
- Assédio Moral e desvalorização salarial dos assistentes sociais;
- Falta de condições de trabalho;
- Inexistência de qualquer diálogo por parte do Governo Estadual;
- Salários irrisórios;
- Não realização de concurso público;
- Desobediência à Resolução CFESS nº 493 que regulamenta as Condições Éticas e Técnicas para o trabalho do/a Assistente Social;
- Assédio moral a servidores;



Lúcia Brandão

Sindicato dos Trabalhadores da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente também falou sobre a desvalorização dos funcionários e o descumprimento de leis pelo Governo do Estado. A presidente do Sintac, Lúcia Brandão, afirmou que os trabalhadores da Fundac tem uma defasagem salarial terrível e, além disso, tiveram os adicionais “congelados”. Segundo ela, o incentivo funcional a que os servidores da Fundação têm direito e que é permitido por lei, não tem sido pago.

Lúcia Brandão disse, ainda, que o governador Ricardo Coutinho não respeita os servidores e vive em um mundo de fantasias. “O governador não se importa com os servidores, as nossas vidas, para ele, não valem nada”, disse. “Acho que esse governador vive em um mundo de fantasias porque, para ele, está tudo melhorando, mas a nossa realidade é outra. Ele não tem o mínimo respeito com os servidores”, finalizou.

Diagnóstico:

- Fechamento, pelo governo atual, de 06 unidades sócio-educativas do PROAFE (Programa de Apoio à Família e ao Egresso) em Campina Grande, Sapé, Santa Luzia, Sousa e Cajazeiras, deixando milhares de famílias sem atendimento psicossocial;

Diagnóstico das Entidades

- Sucateamento das unidades sócio-educativas em João Pessoa, Campina Grande e Sousa;
- Falta de condições de trabalho digno para os servidores e para os adolescentes internos;
- Desvalorização e desrespeito aos servidores públicos;
- Remanejamento injustificado de servidores;
- Defasagem salarial;
- Adicionais congelados;
- Não pagamento do incentivo funcional de acordo com a lei;
- Salários irrisórios;
- Falta de revisão do PCCR dos servidores da Fundac, com base nas perdas salariais dos últimos cinco anos.
- Não correção dos percentuais de gratificação de Incentivo Funcional e Periculosidade;
- Não pagamento do Incentivo Funcional (Lei nº 3.815 de 25 de novembro de 1975) para todos os servidores;
- Não pagamento do adicional de periculosidade, definida em lei como 50% do vencimento. Atualmente o Governo da Paraíba paga simbolicamente R\$ 100,00.
- Falta realização de concurso público;
- Não realização de cursos de formação e aperfeiçoamento;
- Exclusão do PCCR para 47 servidores contratados no ano de 1990.



Leonardo Alves

Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Estado da Paraíba

O presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Estado da Paraíba, Leonardo Alves, também apresentou diagnóstico sobre os problemas enfrentados pela categoria.

Diagnóstico:

- Falta de diálogo por parte do executivo;
- Abandono total da categoria até a fundação do sindicato em 05/8/2013;
- Salários de apenas R\$ 750,00, tendo o condutor de ambulância ter que trabalhar em diversos empregos, com sobrecarga de jornada.

Diagnóstico das Entidades



Tarcísio Campos

Sindicato dos Médicos

O presidente do Sindicato dos Médicos, Tarcísio Campos, denunciou, durante o 1º ConeservPB, atos de perseguição e assédio moral que o Governo do Estado da Paraíba tem exercido. Ele apontou ainda que Governo do Estado não realiza concursos públicos para repor e aumentar a quantidade de profissionais de saúde, contratando Cooperativas para suprir a carência de profissionais da Saúde no Estado que agora por determinação do MPT E MPF proibiu este tipo de contratos. Outro absurdo foi a utilização de pagamento através dos chamados “codificados” que recebiam na “boca do caixa”.

Diagnóstico:

- Perseguição aos servidores;
- Privatização do Hospital de Emergência e Trauma;
- Utilização de furadeiras em procedimentos cirúrgicos no Trauma até o ano de 2011;
- Falta de leitos para internar pacientes operados no Centro Cirúrgico do Trauma, acontecendo com frequência que estes pacientes fiquem internados nas salas de cirurgias;
- Falta de concurso público para atender as demandas do quadro funcional da Saúde. Hoje seria necessário um concurso com no mínimo 800 vagas para diversas especialidades médicas;
- Contratação de cooperativas médicas durante anos, descumprindo determinação do MPT;
- Entrega das gestões dos hospitais e UPAS às organizações sociais de idoneidade duvidosa;
- Falta de medicamentos especiais e insumos básicos na rede de saúde;
- Descumprimento da Lei do PCCR da saúde;
- Gratificações pagas sem critérios;
- Mesa de negociação permanente do SUS não funciona;
- Falta de política pública que ofereça saúde, educação e segurança para a população;
- Falta de diálogo com os servidores estaduais;
- Salários entre os mais baixos do Nordeste;
- Não efetivação das progressões horizontais;
- Política de reajuste salarial sem acompanhar os índices da inflação e correção real;
- Pagamento de R\$ 40,00 de adicional de insalubridade, 200% menos que o pago pelo governo municipal de João Pessoa e 300% menos que governo do Rio Grande do Norte;
- Lista de mais de 800 cirurgias pediátricas em espera;
- Descumprimento das deliberações da Conferência Estadual de Saúde;
- Tentativa de retirar verbas da saúde na Lei Orçamentária Anual de 2014;

Diagnóstico das Entidades

- Falta de planejamento estratégico na saúde e de uma linha de cuidados a fim de desafogar os hospitais e maternidades da Capital
- Crise no Hospital Regional de Patos;
- Mais de 100 irregularidades apontadas pelo CRM no Hospital Regional de Patos, após fiscalização por determinação do Ministério Público;
- Devido ao descaso do Governo do Estado no Hospital Regional de Patos, apenas na área vermelha (sem contar enfermagem e UTI), ocorreram em 2013, mais de 470 óbitos, média de 1,3 morte/dia.



Victor Hugo

Sindifisco-PB

Durante pronunciamento na plenária do 1º Congresso dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba, o presidente do Sindifisco-PB, Victor Hugo, destacou a desobediência à Lei nº 8427 – Lei do PCCR, em seu artigo 17, que estabelece a remuneração por subsídio, demonstrando que a “Bolsa Desempenho” criada pelo governador Ricardo Coutinho (PSB) é uma ilegalidade.

Victor Hugo destacou ainda: a desobediência à Lei 8438 – Lei do Subsídio, que estabelece critérios de reajuste anual; quebra de paridade entre ativos e aposentados; fechamento de Coletorias, Agências, Postos Fiscais, entre outros pontos.

Diagnóstico:

- Desobediência à Lei nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, Lei do PCCR, em seu artigo 17, que estabelece a remuneração por subsídio “...fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória...” demonstrando que a Bolsa de Desempenho, criada por Ricardo Coutinho, é uma ilegalidade e uma afronta à Justiça.
- Desobediência à Lei nº 8.438, de 18 de dezembro de 2007, Lei do Subsídio, em seus Arts. 1º e 8º (este estabelecendo critérios de reajuste anual). Esta Lei vem sendo desobedecida, impunemente, desde o primeiro dia da gestão do atual Governo.
- Quebra da paridade entre ativos e aposentados, em razão da Bolsa de Desempenho que só é destinada a quem está em atividade.
- Fechamento de mais de duas dezenas de Coletorias e Agências, prejudicando grandemente os contribuintes (que têm de se deslocar para cidades distantes para obter os serviços da Secretaria da Receita Estadual, a exemplo de uma simples Nota Fiscal), esvaziando a vida econômica das cidades atingidas e contribuindo para o aumento da sonegação fiscal.
- Fechamento de Postos Fiscais, dificultando a obtenção de Notas Fiscais por pequenos contribuintes e contribuindo para o aumento da sonegação fiscal.
- Falta de condições para o correto desempenho das atividades dos Auditores Fiscais, o que vem sendo denunciado pelo Sindifisco-PB há muito tempo.
- Deficiência ou falta total de policiamento nas unidades fiscais de trânsito;

Diagnóstico das Entidades

- Deficiência de mobiliário;
- Equipamentos de informática totalmente ultrapassados
- Sistema de internet lento e falho;
- Falta de material de expediente;
- Falta de pessoal e material de limpeza;
- Falta de pessoal de apoio ;
- Geradores de energia quebrados constantemente;
- Dezenas de progressões aguardando publicação;
- Falta de digitadores, o que implica em menor rapidez no atendimento aos contribuintes;
- Instalações elétricas e hidro-sanitárias em mau estado, etc.
- Grandes prejuízos salariais em função da desobediência do atual governador às Leis nºs 8.427/ 2007 e 8.438/2007, causando desmotivação à Categoria Fiscal.
- Desvalorização dos Auditores e tentativa (frustrada graças à grande mobilização do Fisco e atuação exemplar da bancada oposicionista na Assembleia Legislativa) de rebaixar a Secretaria Estadual da Receita a uma sub-Secretaria.
- Interdição, determinada pelo Ministério Público do Trabalho, em 02 de agosto de 2013, do prédio do antigo Paraiban, na Av. Epitácio Pessoa, onde funcionavam 9(nove) órgãos estaduais entre os quais a Fiscalização de Estabelecimentos da SER, por falta de condições mínimas de funcionamento.
- Falta de diálogo por parte do Governo do Estado, como acontece com todas as entidades de servidores públicos, o que ficou patente durante os protestos de rua nos dias 20 e 27 de junho. O Governo nem sequer responde aos Ofícios das entidades solicitando audiência para tratar das questões dos serviços e dos servidores públicos.



José Ivonaldo

Associação dos Técnicos, Auxiliares e Analistas Judiciários

O presidente da Associação dos Técnicos, Auxiliares e Analistas Judiciários, José Ivonaldo, destacou no diagnóstico apresentado no 1º Congresso dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado da Paraíba a falta de servidores principalmente em relação às atividades finais (Oficiais de Justiça e Cartórios), forte processo de “achatamento salarial”, salários, em média, 40% mais baixos que os dos demais Estados do Nordeste, entre outros pontos.

Diagnóstico:

- Deficiência de servidores, principalmente em relação às atividades finais (oficiais de Justiça e Cartórios), com defasagem de aproximadamente 800 profissionais;
- Servidores submetidos a um forte processo de “achatamento salarial”;

Diagnóstico das Entidades

- Salários, em média, 40% mais baixos que os dos demais Estados do Nordeste;
- Pendência de regulamentação de dispositivos do PCCR, a exemplo da gratificação de produtividade instituída em 2007;
- Falta de política de valorização dos servidores quanto às questões funcionais e remuneratórias;
- Falta de diálogo por parte do poder executivo.



Jucelino Luna

Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba

Diagnóstico da situação da Universidade Estadual da Paraíba na gestão do governador Ricardo Coutinho, apresentado pelo presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba, Jucelino Luna, cita entre outros pontos o desrespeito à lei de autonomia universitária, não cumprimento da isonomia salarial entre ativos e aposentados, falta de investimento na infra-estrutura da UEPB e ausência do governo do Estado na promoção e garantia da segurança pública nos campi.

Diagnóstico:

- Desrespeito à lei de Autonomia Universitária;
- O não cumprimento da isonomia salarial entre ativos e aposentados;
- Desvalorização da Universidade enquanto instrumento essencial para o desenvolvimento do Estado da Paraíba;
- Falta de investimento na infra-estrutura da UEPB;
- Inexistência de canais de diálogo e negociação com a ADUEPB ANDES – SN (Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba);
- Protelação desnecessária na resolução das demandas oriundas da comunidade acadêmica;
- Ausência do Governo do Estado na promoção e garantia da segurança pública nos campi da UEPB, o que tem facilitado a prática de crimes como assaltos a mão armada, roubos e seqüestros;
- Ausência de uma política pública do Governo do Estado voltada para assistência aos alunos de menor poder aquisitivo;
- Falta de iniciativas para a realização de concursos públicos na UEPB;
- Insuficiência dos recursos destinados ao custeio da universidade.

Diagnóstico das Entidades



Paulo Marcelo

Central Única dos Trabalhadores

O presidente da Central Única dos Trabalhadores na Paraíba, Paulo Marcelo, destacou no diagnóstico a falta de compromisso do governo com os movimentos sociais e a sociedade, promessas de campanha não cumpridas, caracterizando conduta de estelionato eleitoral, falta de estratégia política de segurança pública nas cidades pequenas e no campo, entre outras questões.

Diagnóstico:

- Governo não recebe nenhum representante do movimento sindical para discutir sobre ações estratégicas de interesses da classe trabalhadora;
- Falta de compromisso do governo com os movimentos sociais e a sociedade;
- Promessas de campanha não cumpridas, caracterizando conduta de estelionato eleitoral;
- Autoritarismo e falta de compromisso com os servidores públicos e a sociedade paraibana;
- Arrocho salarial e desvalorização dos trabalhadores;
- Falta de estratégia política de segurança pública nas cidades pequenas e no campo;
- Perseguição de servidores públicos;
- Corte da consignação em folha;

ASTAJ – AEMPBM/PB – APDP – APLP – APO – ASPAS –
ASPOCEP – ASPOL/PB – ASPRENNE – AMUSA – ASSPOM/
PB – CBPM – CUT/PB – ADUEPB – CRESS/PB – COPM – CSP/
CONLUTAS – SINTEP – MOV SOCIAL – NCST/PB – ORDEM
DOS MÚSICOS – SENGE – SIMED – SINDEFESA/PB –
SINDEP – SINDESP – SINDJOR – SINDIFISCO/PB – SINDPD/
PB – SINDISECAP – SINSIPEP – SINTAC – SINTASP – SSPC –
SINTESPB – ADUEPB – STIUPB



Fórum dos Servidores
Públicos Cíveis e Militares
do Estado da Paraíba